

Agenda Cultural especial é realizada em homenagem a Carlos Ceccon no Sul mineiro

A Agenda Cultural foi ao Sul de Minas nos dias 24 e 25 de agosto para reunião de trabalho com associados em Poços de Caldas, Itajubá e Pouso Alegre, onde foi realizada homenagem ao procurador de Justiça Carlos Henrique Fleming Ceccon, falecido precocemente, aos 45 anos, em 14 de julho. O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Rômulo Ferraz, e colegas do homenageado destacaram a dedicação profissional e o espírito agregador de Ceccon, além de sua inteligência, retidão, bom-humor e camaradagem. Adriana Ribeiro e os filhos participaram da solenidade. Em Poços de Caldas, o promotor de Justiça Rodrigo Iennaco fez palestra para colegas e cerca de 300 alunos da PUC Minas sobre “A nova disciplina da prisão provisória e cautelares”.



PELLO HENRIQUE

Adriana Ribeiro, viúva do homenageado, participou da cerimônia em Pouso Alegre

PÁGINA 3

Palestras marcam o Dia do MP



Na plateia, além de associados, alunos da FESMP

O Dia Estadual do Ministério Público, 12 de setembro, foi marcado na Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) pelas palestras do procurador de Justiça Nelson Rosenvald sobre “A Revisão da Teoria das Incapacidades” e do promotor baiano Cristiano Chaves, que abordou “A Nova Sistemática da Dissolução do Casamento”. A comemoração foi aberta pelo presidente Rômulo Ferraz, que parabenizou todos membros da Instituição ali presentes. Alunos da Fundação Ensino Superior do Ministério Público (FESMP) assistiram às palestras.

Associação dá início a processo eleitoral

PÁGINA 4

Procuradores e promotores se mobilizam em Brasília

PÁGINAS 8 E 9

8º Torneio de Tênis será nos dias 1º e 2 de outubro

PÁGINA 16

AMMP se junta a outras entidades em defesa de seus membros



Rua Timbiras, 2928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente

Rômulo de
Carvalho Ferraz

1º vice-presidente:
Regina Rodrigues
Costa Belgo

2º vice-presidente
Érika de Fátima
Matosinhos
Ribeiro Lisboa

3º vice-presidente

José Silvério
Perdigão de Oliveira

4º vice-presidente

Gilberto Osório Resende

1º diretor administrativo

Selma Maria
Ribeiro Araújo

2º diretor administrativo

Shirley Fenzi Bertão

1º diretor financeiro

João Medeiros Silva Neto

2º diretor financeiro

Marcelo de
Oliveira Milagres

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável

Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórter

Felipe Jávere
(MTB 12046/MG)

Estagiária

Bárbara Peixoto

Diagramação

Edições Geraes Ltda.

Tiragem

1.600 exemplares

A edição do mês de setembro de nosso informativo procura traduzir a atuação da AMMP na defesa do interesse e do trabalho de seus associados. A matéria remuneratória tem sido objeto de permanente acompanhamento junto à Administração Superior e aos órgãos colegiados, sobretudo, no que diz respeito à solução dos créditos atrasados já reconhecidos. Nesse contexto, a direção da Associação se fez presente em sessão administrativa da Câmara de Procuradores de Justiça, neste mês, quando o tema foi discutido, tendo, inclusive, apresentado sugestão para equacionamento do cálculo final da PAE.

Uma vez mais, a entidade de classe sai em defesa da atuação de seus associados, com a edição na respectiva imprensa local de notas de apoio a dois colegas que sofrem ameaças ou covardes ataques, na tentativa de inibir sua firme atuação. Para se ter uma ideia, somente em nossa gestão, a pronta defesa da atuação dos associados em todo o Estado já demandou a publicação pela AMMP de 13 notas semelhantes.

O reajuste dos subsídios, de idên-

tica forma, tem sido objeto de permanente acompanhamento junto ao Congresso Nacional. No último dia 21, por ocasião da realização de mobilização nacional das entidades do Ministério Público e do Judiciário, nos fizemos representar em Brasília, com a presença de quatro colegas dirigentes.

Em agosto, a Agenda Cultural foi a Poços de Caldas, Pouso Alegre e ainda realizamos reunião de trabalho com os colegas de Itajubá. Em Pouso Alegre foi prestada justa homenagem ao colega falecido Carlos Henrique Fleming Ceccon.

Destaca-se, ademais, a comemoração do Dia Estadual do Ministério Público com a realização de palestras em nossa sede, com dois dos mais renomados civilistas do *parquet* brasileiro. A participação de nossa entidade no Consocial, 1ª Conferência Estadual de Transparência Pública e Controle Social é para nós todos motivo de orgulho, aqui registrada. O acompanhamento e registro das questões nacionais, no Parlamento, tribunais superiores e nos conselhos nacionais, de idêntica forma, têm aqui ampla cobertura.

O conagraçamento anual de apo-



Bárbara Peixoto

sentados e pensionistas, evento dos mais tradicionais tem nesta edição um registro especial, assim como os preparativos para a realização do VIII Torneio Estadual de Tênis e do X Torneio Nacional de Futebol Society, que sediaremos no mês de novembro em Belo Horizonte.

Ao final, quero destacar a abertura do processo eleitoral para a renovação dos quadros diretivos da AMMP, com a nomeação da comissão eleitoral e estabelecimento de calendário que culminará com a realização do sufrágio no dia 21 de novembro. Conclamos, desde já, a participação de todos, como forma de engrandecer a atuação de nossa entidade representativa.

MP e Judiciário pressionam por reajuste salarial

Repor as perdas da inflação, hoje acima de 21%, é o que pretendem o Ministério Público e o Judiciário, segundo o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que voltou a defender, em 7 de setembro, o reajuste salarial.

Para Gurgel, as duas instituições são sensíveis ao momento econômico, mas “é preciso que algum momento seja considerado propício” para concessão do aumento salarial.

Segundo Gurgel, essa reposição, não significa “retirar um único centavo que seja das atividades essenciais, como saúde e educação”, disse rebatendo afirmação da presidenta Dilma Rousseff de que o aumento salarial do Judiciário e do MP porá em risco investimentos em saúde, edu-

cação e no social.

Na primeira semana de setembro, quando enviou ao Congresso as previsões do Orçamento de 2012, o Governo deixara de fora as propostas de reajustes da Justiça, com impacto de R\$ 7,7 bilhões nos gastos. Sob pressão do Supremo Tribunal Federal e de Gurgel, o Governo refez a proposta.

O procurador-geral reclamou da falta de vontade política para tratar do assunto. Para ele, é uma discussão que vem sendo adiada há alguns anos. “Esse momento [para tratar do reajuste salarial] vem sendo afirmado como não propício há alguns anos. Há dois ou três anos que MP e Judiciário não têm esse reajuste”, disse, após visitar os presidentes do Senado, José

Sarney (PMDB-AP), e da Câmara, Marco Maia (PT-RS).

Gurgel espera que o diálogo com os poderes Executivo e Legislativo resulte em solução que “evite a continuidade desse processo de deterioração da remuneração” dos servidores das duas instituições. Admitiu, inclusive, negociar percentual de reajuste menor que reponha parte das perdas.

A proposta do Judiciário eleva a remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para R\$ 30,6 mil, o que representa aumento de 14,7% sobre os atuais R\$ 26,7 mil. O texto prevê ainda reajuste de até 56% para servidores. Há também outro projeto propondo reajuste de 4,8% para os ministros do STF.

Associação rende homenagem a Carlos Ceccon em Pouso Alegre

O procurador de Justiça Carlos Henrique Fleming Ceccon, falecido precocemente aos 45 anos, em 14 de julho, foi homenageado na noite de 25 de agosto, em Pouso Alegre, onde estudou, durante Agenda Cultural especial promovida pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) no Sul de Minas. Ceccon era natural de Ouro Fino.

O presidente da AMMP, Rômulo Ferraz, ressaltou a precocidade de Ceccon, um dos mais jovens promotores de Justiça a ingressar na carreira e o mais novo procurador de Justiça na história da Instituição. Também ressaltou sua dedicação profissional e espírito agregador.

O ex-procurador-geral de Justiça Epaminondas Fulgêncio Neto proferiu manifestação sobre a convivência com o homenageado nos tempos que compartilharam a Administração Superior do MPMG. O procurador de Justiça Luiz Alberto Magalhães prestou seu testemunho afetivo, como grande amigo de Ceccon no Ministé-

rio Público, convívio este que se estende às suas famílias.

Falaram ainda sobre as virtudes e características do homenageado o ex-procurador-geral de Justiça Tibúrcio Nogueira Lima; o procurador-geral de Justiça adjunto Administrativo Carlos André Mariani Bittencourt e o deputado estadual Dalmo Ribeiro, que também é de Ouro Fino.

Estiveram presentes o procurador de Justiça Luiz Antônio Sasdelli Prudente, representando o corregedor-geral do Ministério Público, Márcio Heli de Andrade; o vice-presidente da AMMP, José Silvério Perdigão de Oliveira, além de diversos procuradores e promotores de Justiça da região e do Estado. Ceccon foi lembrado por todos pela sua inteligência, idealismo, retidão, bom-humor e camaradagem.

Da solenidade, realizada no Hotel Marques Plaza, participaram a viúva de Ceccon, Adriana Ribeiro, e os filhos Ana Carla e Henrique, familiares, colegas e amigos.

PEDRO HENRIQUE



A cerimônia especial a Ceccon reuniu colegas, amigos e familiares

Agenda Cultural vai a Poços

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promoveu a quarta edição da Agenda Cultural em Poços de Caldas no dia 24 de agosto, coordenada pelo presidente Rômulo Ferraz e pelo membro do Conselho Deliberativo da AMMP Glaucir Antunes Modesto. Mais de 300 alunos da PUC Minas assistiram à palestra do promotor de Justiça Rodrigo Iennaco sobre “A nova disciplina da prisão provisória e cautelares”.

A abertura do encontro foi feita por Rômulo Ferraz na PUC Minas, com os associados da ativa e aposentados e o vice-presidente José Silvé-

rio Perdigão de Oliveira. Dentre os temas discutidos, as perspectivas administrativas decorrentes da adoção de medidas na gestão do patrimônio da AMMP, a tramitação de procedimentos junto à Administração Superior e ao Conselho Nacional do Ministério Público e de projetos de lei de interesse do *parquet* no Congresso Nacional.

Neste ano, a Agenda Cultural já foi a Montes Claros, Viçosa, Juiz de Fora e Ipatinga. No dia 6 de outubro, a Agenda vai a Uberlândia. Neste mês ainda, será realizada em Divinópolis no dia 18 e, Diamantina, no dia 21.

Reunião de trabalho é realizada em Itajubá

Ainda no dia 24 de agosto, na parte da manhã, foi promovida reunião de trabalho com os associados da Regional de Itajubá, na sede do Ministério Público. Durante o encontro, foram tratados temas de interesse da AMMP e do Ministério Público brasileiro nas mais diversas instâncias, em Minas Gerais, no Congresso Nacional e junto aos tribunais superiores.

PEDRO HENRIQUE



Temas de interesse foram debatidos em Itajubá

Mudanças no processo deixam a sociedade menos protegida

A sociedade estará menos protegida com as mudanças previstas no processo penal a partir da Lei 12.403, de 4 de maio passado, que ampliou a tutela cautelar, onde estão inseridas a prisão e a liberdade provisórias. A afirmação é do promotor de Justiça Rodrigo Iennaco (foto), mestre em Ciências Penais e professor de pós-graduação em Ciências Penais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ele é também especialista em Criminologia com ênfase em Direitos Humanos.

Segundo Iennaco, a *novatio legis* traz regras gerais aplicáveis às cautelares (entre elas, a prisão provisória), que serão decretadas com a observância dos seguintes critérios (art. 282):

I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; II - adequação à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

Para o promotor, é “sabido que a maioria dos casos de condenação criminal tem pouco efeito prático, sendo a prisão provisória o principal instrumento de coerção cautelar e controle social é (ou era). Com a lei nova, consolidando-se a subjugação da força coercitiva do flagrante, a sociedade estará menos protegida, por estarem fora da previsão de prisão preventiva (salvo o caso de reincidência em crime doloso) os crimes para os quais a lei não prevê pena de prisão superior a quatro anos.

Nessa situação, estão os crimes contra as finanças públicas (incluídos no Código Penal pela Lei n. 10.028/2000), contra a propriedade imaterial e intelectual, contra o privilégio de invenção e as marcas de indústria e comércio, de concorrência desleal e contra a organização do trabalho, além de crimes “graves” contra a administração da justiça, como, por exemplo, coação no curso do processo”.

Rodrigo encerrou sua palestra perguntando se “o objetivo da reforma é a ampliação das garantias ou o fomento de vagas no sistema prisional?”

PEDRO HENRIQUE



Processo eleitoral é deflagrado

Teve início o processo eleitoral para escolha dos membros da Diretoria, conselhos Fiscal e Deliberativo da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), para o biênio 2012/2014, cuja eleição será realizada em 21 de novembro. O prazo para inscrição das chapas para a disputa das eleições vai até 21 de outubro, às 17 horas.

O processo obedece ao Estatuto da AMMP e a regulamento encaminhado para todos os associados por e-mail e fisicamente. A procuradora de Justiça Adélia Lage de Oliveira e a promotora Élide de Freitas Rezende foram eleitas, respectivamente, presidente e secretária da Comissão Eleitoral por seus pares.

Comissão

A Comissão é composta por Adélia Lage de Oliveira, Eliane Maria Gonçalves Falcão, Élide de Freitas Rezende, Fernando César de Mattos e Heleno Rosa Portes.

A primeira reunião da Comissão foi realizada no dia 13 de setembro, quando foram escolhidas a presidente e a secretária e elaborados o regulamento e calendário das eleições.

CALENDÁRIO	
ELEIÇÕES GERAIS PARA O BIÊNIO 2012/2014 ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
DATA	EVENTOS
5/09/2011	Nomeação dos membros da Comissão Eleitoral: Adélia Lage de Oliveira, Eliane Maria Gonçalves Falcão, Élide de Freitas Rezende, Fernando César de Mattos e Heleno Rosa Portes
13/09/2011	1ª Reunião da Comissão Eleitoral, escolha do presidente, secretário e elaboração do Regulamento das Eleições e Calendário Eleitoral
22/09/2011	Publicação do edital
21/10/2011	17 horas - encerramento do prazo para inscrição das chapas (artigo 48, § 1º do Estatuto da AMMP)
03/11/2011	Postagem das cédulas pela secretaria da AMMP, para os associados residentes no interior
09/11/2011	9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18 e 19 - plantão da Comissão Eleitoral para recepção dos votos remetidos pelo Correio, na AMMP
21/11/2011	Das 8 às 17 horas, votação dos associados residentes na capital, e residentes no interior pessoalmente, diretamente na sede da AMMP.
21/11/2011	17 horas - encerramento da recepção de votos remetidos pelo correio 17h30min - início da apuração e posterior divulgação dos resultados
02/01/2012	Posse dos membros da chapa eleita, nos termos do artigo 44 do Estatuto da AMMP

Diretores da Amatra3 visitam Associação



BARBARA PIXOTO

▲ Raquel Fernandes, João Bosco, Rômulo Ferraz e João Medeiros

O presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho 3ª Região (Amatra3), João Bosco de Barcelos Coura, e a diretora Social e Desportivo, Raquel Fernandes Lage, fizeram visita de cortesia à Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) na tarde do dia 2 de setembro. Foram recebidos pelo presidente da AMMP, Rômulo Ferraz, e pelo di-

retor Financeiro João Medeiros.

Entre os temas discutidos, assuntos de interesse comuns das categorias e, especialmente, a participação de ambas as associações no ato público realizado em Brasília, no dia 21 de setembro, que reuniu representantes da magistratura e do Ministério Público e foi entregue documento sobre segurança institucional, previdência e política

de subsídios às presidências da Câmara e do Senado. Cópia desse documento também foi encaminhada ao procurador-geral de Justiça e ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente Rômulo Ferraz destaca a importância da interlocução entre as duas associações e da união de forças para encaminhamento das lutas comuns.

Associação celebra o Dia do Ministério Público

Duas palestras marcaram, em 12 de setembro na AMMP, o Dia Estadual do Ministério Público. A comemoração foi aberta pelo presidente Rômulo Ferraz, que parabenizou os membros da Instituição e pelo procurador e ex-presidente da AMMP Joaquim Cabral Netto, que congratulou a iniciativa da Associação, que “se preocupa sempre em colocar à frente o aspecto cultural”. Também rendeu homenagem ao procurador de Justiça Nelson Rosenvald, palestrante do evento, “mestre, professor, amigo, palestrante de didática extraordinária”.

Na palestra “A Revisão da Teoria das Incapacidades”, Rosenvald propôs a necessária discussão sobre a função do instituto da curatela. Tradicionalmente, o processo de interdição é levado a efeito como forma de proteção patrimonial, deixando-se de lado a tutela as situações jurídicas existenciais do ser humano declarado como incapaz e, assim, automaticamente deslegitimado da vida civil, pela instrumentalização de sua vontade a de seu representante.

“Essa visão asséptica da curatela - ainda presente no CC de 2002 - merece interpretação conforme a axiologia constitucional”, destacou Rosenvald. “Em uma ordem jurídica antropocêntrica é profundamente discriminatório um instituto jurídico que elimine a possibilidade de uma pessoa



afirmar sua autonomia existencial, afetos e direitos fundamentais sob a justificativa da segurança jurídica no trânsito de relações econômicas.”

Para Rosenvald, “em uma sociedade plural, o direito à diferença demanda que as minorias sejam incorporadas à sociedade com respeito às suas peculiaridades, mas nunca segregadas e convertidas em não cidadãos”. A luz do princípio da proporcionalidade, em cada processo de interdição, o Ministério Público e a magistratura formularão estatutos protetivos que sejam capazes de conciliar a tutela do incapaz com a

preservação, sempre que possível, de espaços de liberdade para o exercício autônomo de situações jurídicas da personalidade, em atenção ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana, concluiu.

Divórcio

A segunda palestra foi ministrada pelo promotor de Justiça baiano Cristiano Chaves, que, em “A Nova Sistemática da Dissolução do Casamento”, apresentou breve retrospectiva histórica do matrimônio, desde quando “o sistema de direito de família era monolítico, reprovando qualquer outra relação. Em 1977, com a aprovação da EC número 9, o divórcio foi admitido no Brasil e, a partir daí, tanto cresceu o número de casamentos como o de separações.



▲ Rosenvald propõe discussão sobre o instituto da curatela

AMMP apoia atuação de promotor de Ipatinga

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), em função de notícia publicada em um veículo de imprensa na última semana de agosto, com frases que apontam suposto envolvimento de promotor de Justiça Walter de Freitas de Moraes Júnior em favorecimento a empresa particular e políticos, publicou nota na imprensa local, repudiando a informação sobre suposta prática de delito de corrupção e prevaricação por parte de membro do MP.

Conforme a nota, o “trabalho dos promotores de Justiça de Ipatinga, em especial da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e Urbanismo, sempre se pautou exclusivamente pela estrita observância das leis e da Constituição do país”. Segundo a AMMP, a Promotoria, em seu trabalho, teve como único parâ-

metro o fato concreto e sua adequação ou inadequação às leis e à Constituição, sejam quais forem os envolvidos, sempre em busca da defesa da sociedade. Lembrou ainda que é a população que reconhece esse trabalho por ser beneficiada pela efetiva atuação do MP, destacando que, “naturalmente, o exercício da função da Promotoria de Justiça desagradou muitos dos investigados em inquéritos civis e réus em ações judiciais, ou segmentos que venham a sofrer reflexos diretos ou indiretos de tais processos e procedimentos”.

Para a AMMP, “discordar da interpretação jurídica da atuação defendida pelo Ministério Público, em qualquer dos procedimentos e as ações aforadas, é um direito de qualquer um e o Poder Judiciário decide qual interpretação ju-

rídica deve prevalecer”. No entanto, frisa a Associação, “insinuar a participação da Promotoria de Justiça e do Ministério Público em atos de ilegalidades e abusivos perpetrados por agentes públicos, apresenta-se como afirmativa leviana e distante da realidade processual, haja vista a firmeza e seriedade na atuação profissional da Promotoria de Justiça de Ipatinga, reconhecidas em toda a Instituição Ministerial”.

A Associação, ao reafirmar sua confiança no trabalho isento desses promotores, repudia “qualquer tentativa de se impedir a escorreita e efetiva atuação de qualquer membro do Ministério Público e adotará, se necessário for, as medidas legais cabíveis em face de notícias inverídicas e ofensivas ao próprio Ministério Público de Minas Gerais”.

Convênio AMMP-Caixa é inaugurado

O procurador de Justiça aposentado João Mendes inaugurou, em 16 de agosto, o convênio AMMP-Caixa para financiamento habitacional. Segundo a gerente de Atendimento Lílían Queiroga, da agência Santo Agostinho, que centraliza o atendimento da Associação, a agilidade e as taxas diferenciadas são os grandes diferenciais do serviço.

Terezinha Campos, esposa de João Mendes, falou de sua alegria com a compra do apartamento que da início a mais uma etapa importante em sua vida: o retorno ao Bairro Caiçara, onde nasceu, foi criada e está grande parte de seus familiares e amigos. A casa grande ficou com um dos filhos há um ano, quando o casal se mudou para um condomínio ao lado do Ouro Minas Hotel, em Belo Horizonte. Esse foi o tempo que se deram para adaptação em ambiente menor.

O convênio AMMP - Caixa foi celebrado em 17 de junho passado na sede da AMMP.

BARBARA PENOTO



▲ A assinatura do contrato nº 1 foi realizada no dia 16 de agosto

Financiamento tem três modalidades

A atualização do saldo devedor será feita mensalmente, no dia correspondente ao aniversário da assinatura do contrato, pelo índice de atualização básica aplicado aos depósitos da caderneta de poupança. O financiamento atende às modalidades: constru-

ção em terreno próprio, aquisição de terreno e construção.

As principais condições do convênio são: taxa efetiva de juros de 8,2% a.a. para operações firmadas no SFH com valor de avaliação até R\$ 500 mil; taxa efetiva de juros de 10,5% a.a. para ope-

rações fora do SFH com valor de avaliação superior a R\$ 500 mil; comprometimento da renda de, no máximo, 25%; cota de financiamento de até 90% para imóvel novo ou usado; prazo contratual em até 30 anos; sistema de amortização SAC (Sistema de Amorti-

zação Constante).

Essas condições só serão obtidas diretamente por meio desse convênio, devendo os interessados, inclusive os do interior, entrar em contato com a AMMP pelos telefones (31) 2105-4842 / 2105-4840.

Câmara reconhece direito a gozo oportuno de licenças matrimonial e paternidade

A Câmara de Procuradores de Justiça, em sessão do dia 14 de setembro, reconheceu ao membro da Instituição que esteja em gozo de férias regulamentares o direito ao gozo oportuno das licenças paternidade e matrimonial. O recurso, patrocinado pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), teve sustentação oral efetivada pelo advogado Luís

Carlos Parreiras Abritta.

No julgamento, o colegiado reconheceu que as licenças paternidade e matrimonial, previstas, respectivamente nos incisos IV e VI, da LC 34/94, e as férias anuais individuais, representam garantias autônomas e independentes, sendo que as primeiras têm objetivo de proteger a família e a criança e a última destina-se ao des-

canso e lazer do membro do *parquet*.

Na via administrativa, o requerimento de gozo oportuno foi negado pela Administração Superior, o que redundou na interposição de recurso em prol do associado, que foi provido, por maioria, garantindo-se ao recorrente o benefício. A decisão configura importante precedente para casos similares.



Piratas podem ser sedutores. Mas não são confiáveis.

A Siena Seguros foi credenciada pela AMMP para disponibilizar qualquer seguro que você precise. Este credenciamento se deu em função da estrutura que oferecemos e um histórico de serviços que nos qualifica para esse desafio. Veja:

- Temos uma larga experiência no atendimento a associados de entidades profissionais;
- Sabemos como utilizar a força da sua entidade obtendo menores custos e vantagens exclusivas para você;

- Temos o **compromisso** de oferecer o melhor atendimento e suporte aos associados da AMMP;
- Só trabalhamos com as seguradoras premium do mercado: Mapfre, Porto Seguro, Bradesco, SulAmérica e Zurich/Minas Brasil

Contrate seus seguros com quem é credenciado. Siena Seguros. Nós fazemos mais por você.



Nós fazemos mais por você.
www.sienaseguros.com.br

Ligue
0800 771 1231



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Associação acompanha processo de recálculo da PAE e do ATS

A direção da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), em ofício de 12 de julho, encaminhado a cada membro da Câmara de Procuradores de Justiça, solicitou acompanhamento e providências quanto aos novos cálculos dos valores remuneratórios retroativos da PAE – Parcela Autônoma de Equivalência e do ATS – Adicional por Tempo de Serviço, em função de perdas na comparação com valores anteriormente informados aos beneficiários. Os critérios dos cálculos de valores remuneratórios retroativos da PAE e do ATS foram deliberados pela

Procuradoria-Geral de Justiça, conforme os expedientes SRH nº 01/2011 e 04/2011.

A Câmara de Procuradores de Justiça realizou sessão administrativa, de caráter não deliberativo, para tratar exclusivamente da questão. O procurador-geral de Justiça, Alceu Torres, e seu adjunto Administrativo, Carlos André Bittencourt, explicaram os critérios do recálculo das rubricas. No transcurso dos debates, o presidente da AMMP, Rômulo Ferraz, sugeriu aos membros do colegiado que os valores da PAE, depois de recalculados sejam tomados como incontroversos para efei-

to de negociação da solução do crédito junto ao Executivo e para fornecimento de certidões aos beneficiários. Pediu também que os valores suprimidos sejam objeto de estudo pela Câmara de Procuradores para confirmação ou restabelecimento. A AMMP ofereceu o custeio de profissional ou pessoa jurídica especializada que auxilie esse trabalho do colegiado.

Em sessão futura, a matéria será objeto de deliberação pelo colegiado. A Associação fará permanente acompanhamento do tema.

Abaixo a íntegra da correspondência.

Belo Horizonte, 13 de julho de 2011.

Excelentíssimo(a) Senhor(a) membro da Câmara de Procuradores de Justiça do Estado de Minas Gerais,

Com os nossos cumprimentos, pelo presente, levamos ao conhecimento de Vossa Excelência preocupação externada por centenas de associados decorrente do contido no Ofício Circular nº 04/2011-PGJAA-PGJ, datado de 04 de julho do corrente ano, bem como das decisões proferidas pelo eminente Procurador-Geral de Justiça, em conclusão aos expedientes SRH nº 01/2011 e 04/2011, tendo por objeto, respectivamente, deliberação quanto aos critérios dos cálculos de valores remuneratórios retroativos da PAE – Parcela Autônoma de Equivalência e do ATS – Adicional por Tempo de Serviço.

É do conhecimento de todos que, no segundo semestre do ano de 2008, a Administração Superior reconheceu aqueles créditos e formalmente comunicou aos beneficiários, através de contracheque, os respectivos valores a que tinham direito. Posteriormente, no ano de 2010, essa eg. Câmara de Procuradores de Justiça constituiu uma Comissão Especial para análise da natureza jurídica e dos critérios de cálculos da PAE e do ATS. A referida Comissão logrou êxito em concluir seus trabalhos, estipulando os critérios norteadores dos cálculos da PAE e do ATS, deliberação esta aprovada por esse colegiado. Por consectário, a partir do segundo semestre de 2010, vários associados beneficiários, da ativa, aposentados e pensionistas, obtiveram, junto à Procuradoria-Geral de Justiça, certidão circunstanciada dos valores de seu crédito relativo à PAE, cujas planilhas foram balizadas pelos critérios aprovados pela Câmara de Procuradores. Alguns desses associados, inclusive, de posse daquela certidão, realizaram, junto a instituições financeiras, operações de adiantamento parcial de seus créditos.

Agora, através do Ofício Circular nº 0/2011 (cópia anexa), a Chefia institucional informa aos beneficiários daqueles créditos que os critérios adotados para os cálculos da PAE e do ATS, cujos valores já haviam sido informados anteriormente, conforme assinalado nesta missiva, continham erros. Em decorrência, foram proferidas duas decisões nos expedientes PGJAA SRH nºs 01 e 04/2011 (cópias anexas), as quais, a partir de exposição de motivos, redefinem os respectivos critérios de cálculos e revogam os cálculos anteriores já informados aos beneficiários.

Vale dizer que, no caso do ATS, a Administração ainda não forneceu os novos valores aos interessados. Contudo, a mudança da base de cálculo, com a incidência dos benefícios pessoais não mais sobre os subsídios vigentes a partir de janeiro de 2005, mas sim, sobre os valores remuneratórios anteriores àquela data, já prenuncia uma redução substancial do crédito em relação ao valor anteriormente informado.

No que concerne à PAE, alguns associados já obtiveram junto à Administração Superior os valores recalculados de acordo com aqueles novos critérios. Em alguns casos, em relação aos valores informados em certidões do final do ano passado, a redução ultrapassa os R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

De outro giro, restou consignado na decisão referida, em seu item 6, que os membros beneficiários serão oficiados para ciência dos novos cálculos, para eventual manifestação no prazo de 10 dias. Vale dizer que, eventual irrisignação do interessado quanto às decisões modificativas dos cálculos, obrigatoriamente, se dirigirá a essa eg. Câmara de Procuradores, através do manejo do recurso respectivo.

Contudo, considerando que o item 8 daquela mesma decisão proferida pelo Procurador-Geral de Justiça determina a inclusão da matéria na pauta da próxima reunião dessa eg. Câmara de Procuradores de Justiça e, considerando, ademais, que esse colegiado já deliberou sobre a matéria no ano de 2010, de forma diversa ao contido nas epigrafadas decisões e, outrossim, com o escopo de se evitar o manejo de centenas de recursos individuais pelos interessados, ante a eventual perda de direitos, é que, em nome dos integrantes desta entidade associativa, solicitamos a costumeira análise criteriosa das decisões em comento e dos contornos procedimentais da matéria, para ulterior deliberação por esse colegiado.

Para tanto, tendo em vista o interesse direto dos associados de nossa entidade acerca do desfecho dessa questão, bem como a complexidade dos aspectos técnicos que envolvem o tema, nos colocamos à disposição, inclusive, para o custeio eventual de honorários de profissional que auxilie esse colegiado no cotejo dos créditos em discussão.

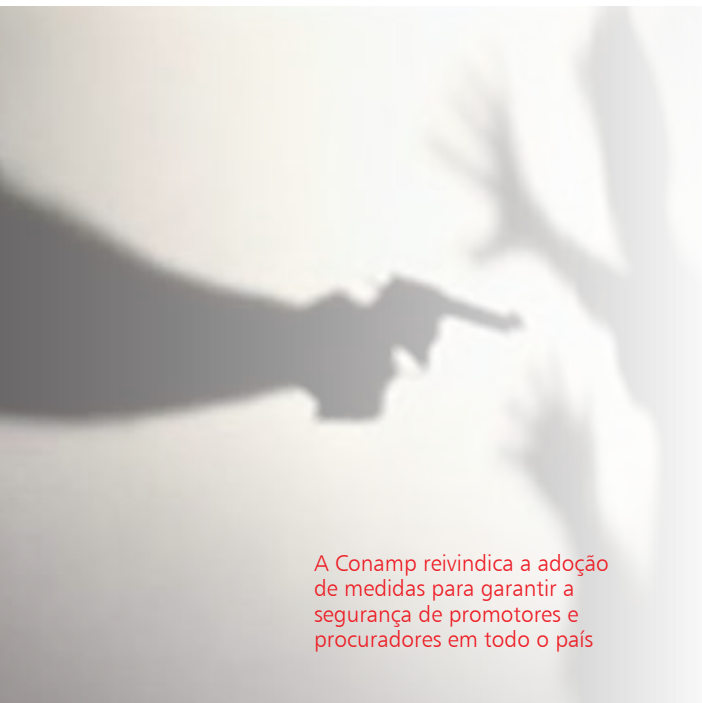
No ensejo, apresentamos a Vossa Excelência nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Rômulo de Carvalho Ferraz
Presidente AMMP

Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Dr(a)
DD Membro da Câmara de Procuradores de Justiça de Minas Gerais
Nesta

Membros do MP e da magistratura e entregam documento no



A Conamp reivindica a adoção de medidas para garantir a segurança de promotores e procuradores em todo o país

Comitê vai promover políticas de segurança a promotores e procuradores

Portaria de 31 de agosto, assinada pelo presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Roberto Gurgel, criou comitê para promoção de políticas de segurança para procuradores e promotores do Ministério Público brasileiro. Esse grupo tem 60 dias para apresentar a organização e composição e cronograma de atividades. O objetivo é estabelecer um planejamento de segurança, por meio de ações que promovam a uniformização, padronização e integração dos planos de segurança institucional e orgânica e das ações propriamente ditos.

O comitê é composto por quatro grupos temáticos de discussão: Segurança de Recursos Humanos, Segurança do Material, Segurança de Áreas e Instalações e Segurança da Informação. Grupos temporários podem ser criados para discutir outros temas relacionados à área de segurança institucional.

Assim como o Comitê de Políticas de TI e de Comunicação já existentes, o Comitê de Segurança será presidido pelo secretário-geral do Conselho.

Pretende-se, segundo o CNMP, levantar as boas práticas já existentes nos diversos ministérios públicos, discutir e buscar a convergência de ações para garantir sua efetividade, além de auxiliar na formulação e implementação das políticas de segurança institucional, sempre respeitando a autonomia administrativa de cada ramo.

Membros do Ministério Público e da magistratura, conclamados a participar de ato público no dia 21 de setembro, em Brasília, entregaram documento sobre segurança institucional, previdência e política de subsídios às presidências do Senado e da Câmara dos Deputados. O movimento foi promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

O documento também foi levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria-Geral da República.

Logo depois do assassinato da juíza carioca Patrícia Accioli, 47 anos, três

filhos, vítima de emboscada no dia 11 de agosto, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, foi deflagrado movimento nacional da magistratura contra a violência que preocupa todo o Brasil. Patrícia foi morta com 21 tiros de armas de uso restrito de policiais.

Entre as decisões da juíza está a prisão de militares que sequestraram traficantes e, mesmo depois de matá-los, exigiam dinheiro para soltura de familiares. Patrícia também decretou a prisão de PMs acusados de forjar confrontos com bandidos, mortos durante a abordagem. Ela teria recebido várias ameaças de morte.

Promotora de Justiça é ameaçada em Minas

Na noite do dia 14 de setembro, a violência tornou-se pública em Minas Gerais com a pichação do carro da promotora Laís Maria Costa Silveira, com dizeres ofensivos e ameaçadores.

Em decorrência desse acontecimento, a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) distribuiu nota à imprensa e

a publicou no dia seguinte em seus veículos de comunicação - site e boletim eletrônico. O presidente Rômulo Ferraz solicitou ainda a realização de perícia à Polícia Civil no veículo da promotora e encaminhou ofício ao procurador-geral de Justiça e ao secretário de Estado da Defesa Social, solicitando completa apuração dos fatos.

NOTA DE APOIO



A Associação Mineira do Ministério Público – AMMP, entidade representativa dos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, vem manifestar seu irrestrito apoio à Promotora de Justiça Dra. Laís Maria Costa Silveira Azevedo, que, em decorrência do efetivo, responsável e corajoso exercício de suas atribuições legais e constitucionais, foi vítima de lamentável tentativa de constrangimento, por meio de ato de vandalismo praticado contra seu veículo, na noite de 14/09/11, nesta capital.

Os membros do Ministério Público de Minas Gerais não se intimidam diante de atos dessa natureza e continuarão se esforçando para cumprir seus deveres jurídico-constitucionais, em busca da promoção da justiça e da defesa intransigente dos interesses da sociedade mineira.

Por fim, a AMMP afirma que continuará sempre atenta, repudiando energicamente qualquer ofensa injusta dirigida aos valorosos Promotores e Promotoras de Justiça de nosso Estado, emprestando seu incondicional apoio às ações necessárias à apuração dos fatos e punição exemplar aos responsáveis pela covarde tentativa de intimidação.

Belo Horizonte, 15 de setembro de 2011.

Associação Mineira do Ministério Público

Magistratura fazem ato público ao Senado e Câmara Federal

Ministério Público pede prisão de policiais

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) pediu o afastamento de 34 policiais militares que respondem a processos na 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, que era comandada por Patrícia Accioli. A maior parte dos agentes é acusada de forjar autos de resistência (mortes em confronto com a polícia) para encobrir assassinatos praticados por grupos de extermínio ou milícias.

A Promotoria também solicitou a prisão de 28 desses policiais. São agentes que já haviam tido a prisão requerida, mas que ainda não tiveram o pedido analisado ou que permanecem soltos por *habeas corpus*. Os requ-

rimentos são avaliados pelos juízes da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, comandada agora pelo juiz Fábio Uchôa.

O procurador-geral de Justiça do Rio, Cláudio Lopes, informou que o pedido de afastamento tem objetivo de desarticular parte das milícias e grupos de extermínio da região, pois os policiais “se valiam de função pública para cometer crimes”.

“Resolvemos dar uma resposta à sociedade brasileira. Se alguém pensou que esse assassinato iria intimidar a Justiça, devemos dar uma resposta efetiva no sentido contrário”, disse Lopes.

Prisão temporária

No dia 11 de setembro, a Justiça decretou a prisão temporária de três policiais - o tenente Daniel dos Santos Benitez e os cabos Sergio Costa Junior e Jefferson de Araújo Miranda - suspeitos de participar do assassinato da juíza. A motivação do crime teria sido mandato de prisão expedido pela juíza, de acordo com o chefe da Divisão de Homicídios da Polícia Civil, delegado Felipe Etore, horas antes de morrer, contra os três PMs.

Patrícia Accioli havia acompanhado investigação do assassinato do jovem Diego de Souza Beliene, de 18 anos, morto no Complexo do Salgueiro em São Gonçalo, em 3 de junho. Foi constatado que os policiais não teriam agido em legítima defesa, como afirmaram na época da morte.

Assassinato da juíza foi atentado ao Estado de Direito e à democracia

Portaria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Cezar Peluso, em 16 de agosto, instituiu a Comissão Extraordinária para estudar e propor a política nacional de segurança institucional da magistratura.

Essa comissão, presidida pela corregedora do CNJ, ministra Eliana Calmon, e integrada pelos conselheiros José Roberto Neves Am-

rim, Silvio Luís Ferreira da Roch, Gilberto Valente Martins e Jefferson Kravchychyn, tem 30 dias para apresentar relatório inicial.

A Portaria foi assinada um dia depois da criação da Comissão de Juízes designada pelo ministro Peluso para acompanhar as investigações do assassinato da juíza Patrícia Lourival Accioli.

O CNJ compôs ainda força-tarefa para examinar os processos sob exame da juíza assassinada. O

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) designou promotores para colaborar nesse trabalho.

Cezar Peluso também pediu ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em 15 de agosto, que a Polícia Federal investigue o caso. Em nota, exigiu rápida apuração do crime e punição rigorosa dos responsáveis por ter sido o assassinato da juíza um “atentado ao Estado de Direito e à democracia”.



Eliana Calmon

AMMP se une as entidades no repúdio à morte da juíza

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), em 15 de agosto, se juntou às entidades-irmãs no repúdio à barbárie, subscrevendo nota de solidariedade à magistratura e à família da juíza. Rechaçou qualquer tentativa de inibição “da firme e corajosa atuação dos operadores de Direito no enfrentamento das mais graves e deletérias modalidades criminosas no país”.

Segundo o presidente da AMMP, Rômulo Ferraz, “longe de fazer cessar eventual perseguição criminal, mais do que nunca, atos impensáveis como esse... servirão de alento à continuidade de nossa missão institucional, serena e combativa, voltada à defesa da cidadania plena”.

Também por meio de nota, a Asso-

ciação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) exigiu celeridade na apuração do crime e na busca pelos culpados “para resguardar a integridade física e a vida dos magistrados, promotores e procuradores e de seus respectivos familiares”.

Diversas outras categorias de classe e autoridades do país inteiro se manifestaram contra a morte da juíza e sobre a necessidade de o Estado brasileiro oferecer melhores condições de segurança para os magistrados.

No dia 15 de agosto, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes disse que o assassinato da juíza Patrícia Accioli é extremamente grave. Para ele, o fato é simbólico e tem re-

percussão sobre todas as autoridades que combatem o crime. “Isso provoca temor generalizado e tem caráter simbólico, que é agredir autoridades que estão reprimindo crimes”, destacou.

Os presidentes da Associação da Magistratura Brasileira (AMB) e da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), desembargadores Nelson Calandra e Antonio Cesar Siqueira, respectivamente, afirmaram, em nota conjunta, que “a magistratura nacional empenhará incessantes esforços na resolução desse crime e na punição dos culpados”.



Ferraz rechaça qualquer tentativa de inibição da firme atuação dos operadores de Direito no enfrentamento ao crime

AMMP participa da 1ª Conferência Estadual de transparência Pública e Controle Social



JOSE CARLOS PAVIA

Rômulo Ferraz representou a AMMP

A Controladoria-Geral do Estado promoveu, no dia 5 de setembro, reunião da comissão que cuidará dos trabalhos das conferências municipais sobre transparência e controle social.

Rômulo Ferraz:

“É salutar o debate e o desenvolvimento de mecanismos efetivos para o estabelecimento da transparência na gestão pública”

Do encontro, na Cidade Administrativa, participaram representantes do Governo, da sociedade civil e dos conselhos de Políticas Públicas, dos quais faz parte a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), que foi representada por seu presidente Rômulo Ferraz.

Foram discutidos assuntos sobre o regimento interno como: ações da sociedade civil no acompanhamento e controle da gestão pública e o fortalecimento da interação entre sociedade e Governo; promoção e divulgação do debate e desenvolvimento de novas ideias e conceitos sobre a participação social no acompanhamento e controle da gestão pública; mecanismos de transparência e acesso a informações e dados públicos a serem implementados pelos órgãos e entidades públicas e fomento ao uso dessas informações e dados pela sociedade; além de debate e proposição de medidas de prevenção e combate à corrupção que envolvam o trabalho de go-

vernos, empresas e sociedade civil.

Entre as diretrizes estão: a elaboração da proposta de critérios para seleção dos delegados municipais; o debate sobre formas de mobilização dos municípios; e a elaboração de pauta da próxima reunião da comissão.

As conferências municipais serão realizadas até dezembro. A conferência estadual está marcada para 14 e 15 de março de 2012.

O controlador-geral do Estado, Moacy Lobato, informa que essa comissão vai propor o desenho de convocação dessas etapas municipais. “É o desejo convergente é de que tenhamos a possibilidade ampla de representação de todos os municípios mineiros. Esse é um trabalho que vem sendo desenvolvido, que teve início hoje, mas que significa uma aspiração popular. É um desejo fazer com que a Conferência Mineira seja a melhor de todas as realizadas no país”.

Para o subsecretário da Casa Civil, Eurico Bitencourt, “essa conferência tem importância singular, pois permite participação ampla da sociedade, de todos os municípios, de todas as regiões do Estado para preparar a conferência estadual, que certamente vai trazer contribuições muito importantes, no que se

refere à participação popular, ao controle social e a transparência na administração pública”.

Debate

Segundo Rômulo Ferraz, é salutar o debate e o desenvolvimento de mecanismos efetivos para o estabelecimento da transparência na gestão pública e do estímulo ao controle social, como forma de estipular critérios para as políticas públicas, nas mais diversas áreas de atuação dos poderes e instituições.

Na opinião do representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre José Cândido, o debate serviu para mostrar que “é importante para que a sociedade possa tomar consciência de que a gestão pública pertence a todos”.

Atenta aos trabalhos realizados pelo Governo por meio da Controladoria-Geral do Estado, a secretária do Conselho de Ética Pública, Iara Vieira, mostrou-se satisfeita com o encontro. “Eu acho a iniciativa excelente e necessária. O Estado de Minas Gerais vem realizando várias ações nesse sentido. É um trabalho sério para mostrar que a transparência é muito bem-vinda. O Conselho de Ética está muito contente com essa iniciativa e de participar.”

José Cândido:

“É importante para que a sociedade possa tomar consciência de que a gestão pública pertence a todos”

Participação popular é a meta

A fase de organização da etapa estadual da 1ª Conferência Estadual de Transparência Pública e Controle Social foi convocada pelo governador Antonio Anastasia em 3 de junho de 2011, por meio do Decreto 45.612. O que se pretende é fortalecer a interação entre sociedade e Governo, promovendo, incentivando e divulgando o debate e o desenvolvimento de novas ideias sobre

participação social no acompanhamento e controle da gestão pública.

A Conferência Estadual vai encaminhar propostas e eleger delegados para a Etapa Nacional da 1ª Consocial, que será realizada de 18 a 20 de maio de 2012, em Brasília. Entre seus objetivos estão: o debate e a proposição de ações de promoção de estímulo junto aos órgãos e en-

tidades públicas na implementação de mecanismos de transparência; o acesso às informações e dados públicos, e fomentar o uso dessas informações e dados pela sociedade; e a proposição de mecanismos de sensibilização e mobilização da sociedade em busca da participação no acompanhamento e controle da gestão pública.

Congresso de Direito Civil reúne 11 especialistas em Belo Horizonte

Onze palestrantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Maranhão deram forma e dividiram seu saber jurídico, com 350 advogados e estudantes que lotaram o auditório da OAB/MG. Entre os temas, cinco trataram de Responsabilidade Civil e os demais sobre contratos. As abordagens se complementaram, avançando nos conhecimentos e propondo novas reflexões.

O encerramento feito pelo mestre do Direito, professor e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cavalieri, que falou sobre “Perspectivas da Responsabilidade Civil”.

Ele apresentou sua experiência de mais de 40 anos como juiz e seus conhecimentos jurídicos tratados em seus vários livros.

Mudanças

Cavalieri fez uma retrospectiva histórica das mudanças ocorridas na sociedade nos últimos cem anos, marcados pela revolução industrial, tecnológica, científica e social, para afirmar que, em consequência, o Di-

reito também mudou. “Dessa revolução surgiu um novo Direito em todas as áreas, mas as mudanças mais profundas se deram no Direito da Família e da Responsabilidade Civil”, destacou.



Divulgação/OAB

Professor Cavalieri, experiência de mais de 40 anos

Abertura e palestras

O Congresso foi aberto pelo diretor-geral da Escola Superior de Advocacia da OAB/MG (ESA), Antônio Marcos Nohmi, e pelo diretor-presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP), Marcelo Milagres. A Fundação foi parceira na promoção.

A coordenação científica do evento foi de Antônio Marcos Nohmi, diretor-geral da ESA, de Leonaldo de Faria Beraldo, diretor-secretário da ESA, e de Marcelo de Oliveira Milagres, da FESMP.

Dentre outros, Leonardo Beraldo e Marcelo Milagres foram palestrantes do evento. O advogado e professor Leonardo Beraldo falou sobre “Responsabilidade Civil Objetiva em decorrência das atividades perigosas” e o promotor de Justiça e professor Marcelo Milagres discorreu sobre “A função punitiva da Responsabilidade Civil”. O promotor de Justiça Fernando Rodrigues Martins abordou o “Princípio da Justiça Contratual”.

AMMPnet continua com preço especial

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) renovou convênio com as editoras Lex e Magister para manter a disponibilização do AMMPnet a preços reduzidos.

O AMMPnet é um grande banco de dados, atualizado diariamente, de julgados e acórdãos dos principais tribunais do país (cerca de 9 milhões de casos concretos), além de mais de 3 mil artigos doutrinários para livre consulta dos associados. Ele permite a formação de exclusivo acervo eletrônico de peças processuais de autoria do associado que aderir ao produto e que queira disponibilizá-lo, visando promover interação profes-

sional entre colegas. O preço de mercado da assinatura anual do produto é de R\$ 1.200,00, mas a parceria possibilita sua aquisição por R\$ 300,00, em três parcelas de R\$ 100,0, a serem descontadas em folha.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e a Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro (Amperj) firmaram convênio com a Magister.

Para aderir, envie o formulário preenchido para a AMMP pelo fax (31) 2105-4831 ou escaneado pelo e-mail ammp@ammp.org.br. Quem tinha o produto e ainda não renovou a assinatura, também deve encami-

nhar o documento para o mesmo endereço.

O modelo do produto estará disponível para avaliação e pesquisa no site www.editora-magister.com/ammpnet. Os modelos de pareceres e denúncias ali constantes são meramente ilustrativos. Os válidos serão inseridos à medida que os participantes encaminharem suas publicações.

O AMMPnet está disponível também para os dependentes dos associados que sejam estudantes ou atuem na área do Direito.



BARBARA PEKOTO

Terceiro Setor homenageia Tomaz de Aquino Rezende

O procurador de Justiça Tomaz de Aquino Rezende (foto), coordenador do Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor (Caots) de Minas Gerais, foi homenageado no Congresso Brasileiro de Direito do Terceiro Setor, que aconteceu em Belo Horizonte nos dias 15 e 16 de setembro, promovido pelo

Instituto Brasileiro de Direito Público.

Tomaz de Aquino, também presidente da Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, é autor de *Roteiro do Terceiro Setor*.



Aposentados e pensionistas com 60 anos podem ficar isentos de IR

Aposentados e pensionistas pelo Regime Geral de Previdência Social poderão não mais pagar Imposto de Renda a partir do mês em que completarem 60 anos se a proposta, aprovada em 17 de agosto pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tiver também parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A decisão tem caráter terminativo, o que permite que o projeto seja encaminhado diretamente à Câmara dos Deputados ou à sanção, promulgado ou arquivado, sem passar pelo Plenário.

A proposta somente será votada pelo Plenário do Senado se recurso com esse objetivo, assinado por pelo menos nove senadores, for apresentado à Mesa. Após a votação do parecer da comissão, o prazo para a interposição de recurso para apreciação da matéria no Plenário do Senado é de cinco dias úteis. Aprovada, segue para votação na Câmara dos Deputados.

Nivelados pelo piso

O PLS 76/11 altera a legislação do Imposto de Renda (Lei 7.713/88) para prever o benefício. Segundo a autora da proposta, senadora Ana Amélia (PP-RS), o objetivo é “contribuir para minimizar a perda dos aposentados e pensionistas, que têm visto seus rendimentos sendo achataados ano a ano”.

Em sua justificativa, a parlamentar explica que o reajuste do mínimo tem sido sistematicamente maior que o dos benefícios da Previdência. O resultado, destaca ela, é que, atualmente, “nada menos que 69% dos benefícios já estão nivelados pelo piso e, em poucos anos, “todos

eles estarão valorados, no piso, pelo salário mínimo”.

O relator do projeto, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), concorda com argumentos. Em seu parecer pela aprovação da proposta, ressaltou “estar convicto da validade e relevância das mudanças pretendidas”. Lembrou ainda que aposentados e pensionistas com mais de 65 anos já estão contemplados com tratamento tributário diferenciado, que lhes concede, em última instância, “um aumento de renda”. Para ele, aos 60 anos de idade, “já estão presentes as condições que justificam a isenção propugnada”.

STF nega benefícios a promotores não efetivados

Promotores não efetivados do Acre tiveram benefícios negados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com o indeferimento do pedido de liminar de integrantes do Ministério Público daquele estado que, embora não tendo cumprido dois anos de exercício da função de promotor, pleiteiam o direito de participar de concurso de promoção por merecimento.

Segundo o ministro Celso de Mello, informações prestadas pelo presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), “parecem descaracterizar a plausibilidade jurídica da pretensão cautelar”, observou em sua decisão.

De acordo com as informações do CNMP, “a legislação vigente é uníssona no sentido de que a promoção dos membros do *parquet* somente pode ocorrer

mediante o exercício, ou efetivo exercício, de dois anos na carreira, conforme regulamentado na Lei Federal 8.625/93, na Lei Complementar Estadual do Acre 08/83 e, ainda, na Resolução 02/2005 do CNMP”.

Os promotores questionam, no Mandado de Segurança, a decisão do CNMP que, em Procedimento de Controle Administrativo, negou-lhes o direito,

por entender que, embora não fossem os responsáveis pelo retardamento de sua nomeação, posse e exercício do cargo — o que se deveu à anulação e repetição da prova oral, atendendo a pleito dos então candidatos a promotor —, eles não cumpriram a exigência estabelecida na legislação pertinente, tanto federal quanto estadual e por resolução do próprio CNMP.

Mérito será julgado

O processo ainda será julgado no mérito pela Suprema Corte. No MS, eles alegam que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) seria no sentido de se conferirem efeitos funcionais retroativos para candidato que teve sua nomeação e posse retardada por ato administrativo anulado, notadamente para que a ordem de classificação do concurso seja preservada, devendo ser inserido na ordem classificatória como se tivesse sido nomeado juntamente com os demais aprovados.

Os promotores pleiteiam, dentre ou-

tras coisas, o direito de escolha de lotação, com obediência à ordem de classificação no concurso, bem como precedência em relação aos colegas do pleito posterior, nomeados antes deles; participação em eventuais concursos de promoções, tanto por antiguidade como por merecimento; colocação na lista de antiguidade e para efeitos do regime jurídico previdenciário.

Em relação a precedente utilizado pelo CNMP para indeferir seu pedido, alegam que, ao contrário do entendimento do Conselho, o precedente confirma sua pre-

tensão. Trata-se de recurso de Agravo Regimental no Recurso Especial 922.977, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

O presidente do CNMP informou ainda, conforme relato do ministro Celso de Mello, que, no período em que os autores do MS solicitam a contagem de tempo para escolha de lotação e para integrar as listas dos concursos para promoção, eles sequer figuravam como aprovados no concurso para ingresso na carreira. Isso impossibilita dar preferência sobre os demais candidatos, que já tinham sido aprovados na época.



Conselho cria sistema de dados sobre corrupção

Os órgãos participantes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) devem enviar os dados sobre ações para coibir atividades criminosas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por formulário digital, acessado no link disponibilizado enviado em 16 de agosto. O CNJ é responsável pelo cumprimento da chamada Ação 01, que trata do levantamento de dados estatísticos dos órgãos envolvidos no projeto.

A transmissão do formulário e serviço *on line* para inclusão dos dados relativos a processos administrativos ou judiciais sobre os temas foi definida em 10 de agosto. O detalhamento desses modelos foi fechado durante o encontro do grupo responsável pela Ação 01.

Segundo o coordenador da Ação no CNJ, juiz auxiliar Paulo Cristovão Silva Filho, posteriormente serão discutidas quais informações poderão ser disponibilizadas ao cidadão.

Central de Informações

A Enccla, criada em 2003, reúne as principais autoridades dos órgãos envolvidos no combate de crimes financeiros no Brasil. O CNJ é o órgão que centralizará as informações sobre os processos incluídos na Ação 01. É composta por mais de 60 órgãos e entidades do Executivo, Legislativo e Judiciário – nos âmbitos federal e estadual – e da sociedade civil.

A estratégia visa articular a atuação de órgãos que trabalham com a fiscalização, o controle e a inteligência no Governo federal, no Poder Judiciário e no Ministério Público. O objetivo é prevenir e combater a corrupção, a lavagem de dinheiro e a improbidade administrativa.

Projeto prevê o fim da vitaliciedade

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) foi designado relator da PEC que propõe o fim da vitaliciedade para membros do Ministério Público, apresentada pelo senador Humberto Costa (PT-PE) que está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça. Ela dá nova redação aos artigos 128 e 130-A da Constituição Federal, prevendo a possibilidade de aplicação, a membros do MP, das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) encaminhou ao Senado nota técnica contra a proposta. Para a entidade, a PEC 75/2011 apresenta “evidente in-

constitucionalidade, incoerência sistêmica e risco pragmático” ao país. O documento explicita os motivos da atual garantia dos membros do MP à vitaliciedade. “A importância dessa garantia mostrou-se de vital importância para a evolução do Estado de Direito. A vitaliciedade instrumentaliza e assegura a independência funcional”, diz a nota.

Segundo o documento, a justificativa da PEC de que a vitaliciedade não pode “de forma alguma servir de abrigo seguro aos membros que, tendo se conduzido de maneira reprovável, desejem escusar-se de suas responsabilidades legais é argumento muito comum em regimes autocráticos e ditatoriais”.

A Conamp alerta ainda

que, caso seja aprovada, a PEC 75/2011 oferecerá risco pragmático à atuação do Ministério Público e, consequentemente, à preservação dos direitos fundamentais.

A garantia de que os membros do Ministério Público somente possam perder o cargo em virtude de sentença judicial, exigência que a justificativa da PEC n.º 75/2011 considera ‘excessivamente burocrática’, é de vital importância para que esses agentes possam bem exercer as diversas atribuições que lhes foram outorgadas pela ordem jurídica, o que, não raro, os contrapõe aos interesses secundários dos poderes constituídos ou, mesmo, aos interesses de poderosos grupos econômicos”.

Comissão aprova PEC da Fidelidade Partidária

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 16 de agosto, a PEC da Fidelidade Partidária. O projeto busca disciplinar a legislação sobre a perda de mandato de políticos que mudam de partido. Há dez textos diferentes no projeto. Comissão Especial vai escolher um deles para ser votado no plenário.

Para o relator da PEC na comissão, deputado Esperidião Amin (PP-SC), as propostas são muito diferentes e que o melhor é a análise de uma comissão só para o assunto, já que deputados estavam adiando a votação do relatório para modificar os textos.

“Há propostas que permitem mudança de partido após dois anos da eleição, outras permitem a criação de novo partido, e outras não levam isso em conta”, disse.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o mandato pertence ao partido e não ao político. A medida afetou deputados e vereadores que trocaram de partido depois de 27 de março de 2007. O mesmo valeu para senadores, prefeitos e governadores que mudaram de legenda depois de 16 de outubro desse mesmo ano. No entanto, a perda do mandato não é automática. Os partidos têm de entrar com um pedido na Justiça.

“Há propostas que permitem mudança de partido após dois anos da eleição, outras permitem a criação de novo partido, e outras não levam isso em conta”

Ministério quer ampliar regras para coleta de DNA de criminosos

O Governo vai trabalhar para ampliar a abrangência do projeto de lei que estabelece regras para a criação de um banco de identificação de perfil genético, por meio da coleta de DNA, para autores de crimes dolosos, com violência grave contra a vítima. A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do

Senado e será analisada na Câmara dos Deputados.

O que se pretende, segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, é que seja incluído no banco de identificação genética dos crimes já previstos, o material genético de “investigados em geral” em diversos delitos. Estão sendo avaliados custos e situações es-

pecíficas para essa coleta, informou o ministro.

Segundo Cardozo, tudo que contribua para a elucidação de crimes, que proporcione a redução da impunidade no país “é bem-vindo”. Para ele, a iniciativa do Senado de limitar a coleta de DNA para crimes específicos “poderia soar discriminatório e muito restritivo”.

“Inteligência Criminal e Denúncia Anônima” já está nas prateleiras

Este é o livro que o promotor de Justiça Rodrigo Iennaco, mestre em Processo Penal e especialista em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública, está lançando pela Editora Arraes. A obra tem como ponto de partida monografia de conclusão de curso de especialização, da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, em convênio com o Centro Universitário Newton Paiva, intitulada “A Inteligência Policial e os riscos de sua indeterminação conceitual”.

Ao trabalho original, acrescentou-se reflexão sobre tema conexo: “o estudo do anonimato e sua repercussão no Processo Penal”. Iennaco é professor convidado de pos-graduação em Processo Penal na Universidade Federal de Juiz de Fora.

A especificidade do tema e a duplicidade de enfoque em que se estruturou o texto revelam aspectos interessantes, a um só tempo, para o público da Inteligência e para os estudiosos do Direito Processual.

Na primeira parte da obra, o autor aborda o espinhoso tema da inteligência, bem como sua aplicação à área da segurança pública. Na segunda, analisa os riscos que a indeterminação do conceito de inteligência pode gerar, acaso transposto acriticamente para a esfera da investigação criminal. Ele demonstra, a partir de tal correlação (inteligência e investigação), como a notícia anônima de crime deve ser recebida e trabalhada para que possa, legítima e validamente, deflagrar a persecução criminal.



“Olhar Multidisciplinar sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural”

De Alfredo Santiago Culleton e outros, Editora Fórum, coordenado por Sandra Cureau, Sandra Akemi Shimada Kishi, Inês Virgínia Prado Soares e Cláudia Marcia Freire Lage, apresenta reflexões inovadoras ou inspiradoras sobre a tutela de bens culturais, em 21 capítulos. São olhares multifocados de várias ciências, somadas a ações conjuntas e coordenadas para a formação e consolidação da consciência da preservação do patrimônio cultural. O lançamento dessa obra foi feito em 1º de setembro em Belém do Pará, na abertura do IX Encontro Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

“Sabores da Mulher” tem coquetel de lançamento dia 27

A caratinguense Marilene Godinho lança no dia 27 de setembro, na sede da AMMP, 2º andar, às 18 horas, seu trigésimo livro – *Sabores da Mulher*, que reúne histórias e receitas de 60 amigas da sua Caratinga, no Vale do Rio Doce. É uma ode à amizade, ao carinho, à solidariedade e, claro, aos sabores de sua terra natal, tão bem apresentados pelas mulheres que desfrutaram de seu convívio.

Dentre as melhores receitas, está o bobó de camarão da associada aposentada Marlene Maria Almeida Fernandes, para ser comido de joelhos com “arroz branco, batata palha, banana da terra frita e uma salada leve”.

Na abertura do livro, um pouco

da história de Caratinga, contada pelo padre Othon Fernandes Loures em entrevista à autora na tarde de 24 de fevereiro de 1989, seguida de uma carta à sua mãe, encantadora e simples, que, entre “rendinhas, nervuras e babados”, enfeitou “seus vestidos de festa, de primeira comunhão e de corações”.

Sendo objetivo de Marilene Godinho exaltar a mulher, que teve lugar primeiro na cozinha desde sempre, quando o mundo era ainda só dos homens e “somente eles podiam usufruir da liberdade e de outros direitos essenciais a uma existência produtiva fora de casa”. Suas palavras tecem poemas sem versos sobre mulheres que fizeram mais gostosa sua vida e com suas mãos e carinho, além de ali-

mento, entre panelas e caldeirões, promoveram a alquimia de transformar a comida de todo dia, necessária à sobrevivência, em comunhão de sabores, cores, cheiros e, claro, amores. De “forma simples, mas com a eloquência do coração”, como a autora mesmo diz, é um elogio à mulher na pessoa de cada uma das 60 amigas.

Autora de 29 livros infantis, *Sabores da Mulher* é sua primeira viagem pelo mundo dos adultos. Marilene é viúva do promotor de Justiça Waldir Soares, falecido em 1979.



AMMP promove tradicional encontro de aposentados e pensionistas

FOTOS MARIA DO SOCORRO MATTOS



O tradicional almoço dos aposentados e pensionistas da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) foi realizado em 6 de agosto. Os associados foram recebidos pelo presidente Rômulo Ferraz e diretores José Perdigão e João Medeiros. Esse encontro é realizado anualmente no primeiro sábado de agosto.

Cerca de 200 associados, entre procuradores, promotores, pensionistas e familiares reviram amigos e colegas. Para Rômulo Ferraz, esse conagração é uma oportunidade sem igual para que se curta a alegria de reencontros de companheiros de jornada e de construção do Ministério Público e da própria Associação.



Dia das Crianças terá show de magia



A tarde do dia 1º de outubro na Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) vai ser das crianças, que serão recepcionadas na portaria do edifício-sede por malabarista, perna de pau e quatro jovens malucóides que farão o show que antecederá à apresentação do mágico.

O show de magia, com uma hora de duração, cheio de ilusões, suspense, mentalismo e muita alegria será o ponto alto das comemorações do Dia da Criança na AMMP.

Barraquinha de pipoca, batatinha frita, balas, bombons e refrigerantes darão sabor à festa desse sábado, das 15 às 17h30min.

Torneio de Tênis será nos dias 1º e 2 de outubro

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) está recebendo inscrições para o 8º Torneio de Tênis da AMMP, que será realizado nos dias 1º e 2 de outubro na BH Tennis, no Bairro Buritis, em Belo Horizonte. No sábado (1º), os jogos serão das 8 às 17 horas e, no domingo (2), das 8 às 12 horas. Depois das finais, será realizada confraternização entre os atletas. As inscrições deverão ser encaminhadas para academia@ammp.org.br até as 21 horas do dia 26 de setembro, segundo informações do professor de Educação Física Alysson Simplicio.

No ano passado, o torneio bateu o

recorde de participantes, que, em dois dias, protagonizaram jogos espetaculares. Gilberto Campos, vencedor da categoria iniciante, garantiu vaga na intermediária, que teve Marcelo Mendes campeão. “A fórmula de disputa do torneio da AMMP é muito boa, pois possibilita que os atletas disputem vários jogos. Isso motiva os promotores do interior a virem à capital para o campeonato”, destacou. Com o título, Mendes se credenciou para disputar a categoria principal, que sagrou bicampeão Fabrício Ferragini, disputando o título com Charles Salomão.



▲ Fabrício Ferragini, bicampeão

PEDRO HENRIQUE

Torneio Nacional de Futebol Society recebe inscrições

A AMMP está recebendo também as inscrições ao X Torneio Nacional de Futebol Society do Minis-

tério Público, que, neste ano, será em Belo Horizonte entre os dias 11 e 15 de novembro.

Os jogos serão disputados na Toca da Raposa I, sede do Cruzeiro Esporte Clube. O campeonato é dirigido a procuradores e promotores de Justiça de todo o país, que se organizam em times que representam seus estados.

Congresso técnico na noite do dia 11 de novembro abrirá o torneio no auditório da AMMP, na Rua dos Timbiras, 2.928, Barro Preto, Belo Horizonte. Os jogos serão nos dias 12, 13 e 14 na Toca da Raposa, na Pampulha. O dia 15 fica reservado ao retorno dos atletas a seus estados ou para passeios na cidade e entorno.



PEDRO HENRIQUE

Treinos

Para a preparação dos atletas a AMMP contratou técnico para treinar os times que a defenderão.

Esse profissional avalia a qualidade técnica dos jogadores e vai definir os times titulares e os reservas de cada categoria, respeitando o limite de 20 jogadores por categoria, previsto no regulamento do torneio.

▲ Torneio estadual foi preparação para o nacional

Hospedagem

Hoteis em Belo Horizonte para os participantes estão sendo reservados pela Advento, empresa responsável pela organização do torneio. A Ficha de Bloqueio de Hospedagem, já encaminhada às

associações, deve ser preenchida e devolvida para anamaria@adventocongressos.com.br. Isso garantirá controle da demanda, para que sejam criadas alternativas se necessário, informa o presidente da

AMMP, Rômulo Ferraz.

Os preços informados são as melhores tarifas negociadas para o período. Outras informações pelo telefone (31) 3222-3099 ou pelo e-mail acima.

Bogliolo é destaque na Ragga Nigth Run

O promotor Alberto Bogliolo, de Belo Horizonte, foi destaque na Ragga Nigth Run em 6 de agosto, ficando na quinta colocação da classificação geral da competição. Com o tempo de 41min04seg, Bogliolo percorreu os 10 km da prova.

Outras duas corridas movimen-

taram agosto. O desafio foi maior no dia 14 para os 16 km da segunda etapa do Circuito Athenas. A AMMP esteve em peso e provou, mais uma vez, que está levando o esporte muito a sério.

Sem descanso, uma semana depois, no dia 21, chegou a Adidas Pri-

mavera. Essa prova, que é a mais querida dos corredores de rua, lotou a orla da Lagoa da Pampulha. Com percursos de 5 e 10 km, é realizada em quatro etapas, uma em cada estação do ano. Isso permite ao atleta acompanhar seu rendimento em diferentes condições de temperatura e umidade do ar.